

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 13/2002

de 8 de Março

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada em Lisboa em 9 de Fevereiro de 2000, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 15/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 19 de Fevereiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Fevereiro de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 14/2002

de 8 de Março

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

São ratificados a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Islândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital e respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 2 de Agosto de 1999, aprovados, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 19 de Fevereiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Fevereiro de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 15/2002

de 8 de Março

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adoptado em Nova Iorque em 6 de Outubro de 1999, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 17/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 19 de Fevereiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Fevereiro de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 16/2002

de 8 de Março

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Tratado sobre o Estatuto Jurídico da EUROFOR, assinado em Roma em 5 de Julho de 2000, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 18/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 19 de Fevereiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Fevereiro de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 15/2002

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada em Lisboa em 9 de Fevereiro de 2000.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a a Convenção entre a República Portuguesa e a Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada em Lisboa em 9 de Fevereiro de 2000, cujas cópias autenticadas das versões nas línguas portuguesa, ucraniana e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A UCRÂNIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E O CAPITAL.

A República Portuguesa e a Ucrânia, desejando concluir uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital, e confirmando o seu empenho em desenvolver relações económicas recíprocas, acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento e sobre o capital exigidos por cada um dos

Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento e sobre o capital todos os impostos incidentes sobre o rendimento total e sobre a totalidade do capital, ou sobre parcelas do rendimento ou do capital, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos vencimentos ou salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos existentes a que esta Convenção se aplica são, designadamente:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas; e
- iii) O imposto local sobre o rendimento das sociedades (derrama);

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Relativamente à Ucrânia:

- i) O imposto sobre lucros das empresas; e
- ii) O imposto sobre o rendimento pessoal;

(a seguir referidos pela designação de «imposto ucraniano»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra quaisquer modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativos à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- b) O termo «Ucrânia», quando utilizado em sentido geográfico compreende o território da Ucrânia, a sua plataforma continental e a sua zona económica (marítima) exclusiva, incluindo qualquer área fora do mar territorial da Ucrânia que em conformidade com o direito internacional tem sido ou poderá vir a ser designada como uma área em que a Ucrânia pode exercer os seus direitos relativamente ao leito e subsolo do mar e seus recursos naturais;
- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Ucrânia, consoante resulte do contexto;

- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio, aeronave ou veículo rodoviário explorado por uma empresa de um Estado Contratante, excepto quando o navio, aeronave ou veículo rodoviário é explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:
 - i) No caso de Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados;
 - ii) No caso da Ucrânia, a Administração Fiscal Estadual (the State Tax Administration) da Ucrânia ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional» designa:

- i) Qualquer pessoa singular que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante;
- ii) Qualquer pessoa colectiva, sociedade de pessoas, associação ou outra entidade constituída de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação desta Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo deverá ter, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante desta legislação fiscal sobre a que decorre de outra legislação desse Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto, devido ao seu domicílio, residência, local de direcção, local de registo ou a qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui esse Estado e qualquer subdivisão política ou administrativa ou autarquia local. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado, ou a capital aí situado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a sua situação será determinada como se segue:

- a) Será considerada residente apenas do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição; se tiver uma habitação permanente

- à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não poder ser determinado, ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permaneça habitualmente;
 - c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados, ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;
 - d) Se for nacional de ambos os Estados, ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina;
- f) Uma instalação ou estrutura para a exploração de recursos naturais;
- g) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção de recursos naturais; e
- h) Um armazém ou outra estrutura utilizada como um posto de vendas.

3 — Um local, um estaleiro de construção ou um projecto de construção ou de instalação só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder 12 meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencente à empresa mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencente à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;

- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, ou mantenha um depósito de bens ou mercadorias pertencente à empresa, a partir do qual a venda regular de tais bens ou mercadorias se processe em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se forem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corrector, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, só por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios dos bens imobiliários, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, aeronaves e veículos rodoviários não são considerados bens imobiliários.

3 — O disposto no n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, o disposto no n.º 2 deste artigo não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens ou de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Tráfego internacional

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios, aeronaves ou veículos rodoviários no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado Contratante.

2 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção,

no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou

- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e em qualquer dos casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada neste outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado, se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se este outro Estado considerar o ajustamento justificado. Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exercer 15% do montante bruto dos dividendos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, se o beneficiário efectivo for uma sociedade que, durante um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento dos dividendos, detenha directamente pelo menos 25% do capital social da sociedade que paga os dividendos, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto desses dividendos.

4 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esse juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto dos juros.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão por mútuo acordo o modo de aplicação deste limite.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um dos Estados Contratantes serão isentos de imposto nesse Estado:

- a) Se o devedor dos juros for o Governo desse Estado Contratante ou uma sua autarquia local; ou
- b) Se os juros forem pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma sua autarquia local ou qualquer instituição (incluindo uma instituição financeira) totalmente detida pelo outro Estado Contratante ou autarquia local; ou
- c) Se os juros forem pagos a qualquer outra instituição (incluindo uma instituição financeira) relativamente a empréstimos concedidos no âmbito de acordos concluídos entre os Governos dos Estados Contratantes.

4 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações, incluindo prémios atinentes a essa dívida ou títulos.

5 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm os juros uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — As *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Todavia, essas *royalties* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que receber as *royalties* for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto das *royalties*.

3 — O termo «*royalties*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm as *royalties* uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual

as *royalties* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — As *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado. Todavia, quando o devedor das *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento das *royalties* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo das *royalties*, ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, o direito ou as informações pelos quais são pagas, exceder, por qualquer razão, o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários referidos no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de acções de, ou de outras participações similares em, uma sociedade, cujo activo seja constituído principalmente por, ou por direitos relativos a, bens imobiliários situados num Estado Contratante ou por acções de, ou por outras participações similares em, uma sociedade, cujo activo seja constituído principalmente por, ou por direitos relativos a, bens imobiliários situados num Estado Contratante podem ser tributados no Estado em que se situam os bens imobiliários.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de navios, aeronaves ou veículos rodoviários utilizados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante, ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios, aeronaves ou veículos rodoviários só podem ser tributados nesse Estado.

5 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Se dispuser de uma instalação fixa, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange em especial as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, os salários, vencimentos e outras remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado, se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam no total 183 dias em qualquer período de 12 meses, com início ou termo no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio, de uma aeronave ou veículo rodoviário utilizado no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou de um órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2 deste artigo, os rendimentos mencionados neste artigo serão isentos de imposto no Estado Contratante onde é exercida a actividade do profissional de espectáculos ou do desportista, se essa actividade for financiada, principalmente, através de fundos públicos desse Estado Contratante ou do outro Estado, ou se essa actividade for exercida ao abrigo de um acordo entre os Estados Contratantes.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e outras remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1:

- a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado, a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado;
- b) Contudo, esses salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem ser tributados no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse Estado e se a pessoa singular for um residente desse Estado que:
 - i) Seja seu nacional; ou
 - ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2:

- a) Qualquer pensão paga por, ou a partir de fundos constituídos por, um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só pode ser tributada nesse Estado;

- b) Esta pensão só pode, contudo, ser tributada no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares e às pensões pagos em consequência de serviços prestados em ligação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma autarquia local.

Artigo 20.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é ou foi, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e cuja permanência no Estado primeiramente mencionado tem como único fim aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse Estado.

Artigo 21.º

Professores e investigadores

As remunerações obtidas em consequência de ensino ou de investigação científica por uma pessoa que é ou foi, imediatamente antes de se deslocar a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permaneça no primeiro Estado durante um período que não exceda dois anos, com o propósito de efectuar investigação científica ou de ensinar numa universidade, colégio, estabelecimento de ensino superior, instituto de investigação ou outro estabelecimento similar reconhecido pelo Governo do primeiro Estado Contratante, ficam isentas de imposto no primeiro Estado, desde que as referidas entidades não tenham fins lucrativos e os rendimentos provenham do exterior.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, independentemente da sua proveniência, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção, só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável nele situado, ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade em relação ao qual o rendimento é pago efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

Artigo 23.º

Tributação do capital

1 — O capital constituído por bens imobiliários mencionados no artigo 6.º, propriedade de um residente

de um Estado Contratante e situados no outro Estado Contratante, pode ser tributado nesse outro Estado.

2 — O capital constituído por bens mobiliários que fazem parte do activo de que um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tem no outro Estado Contratante ou por bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante dispõe no outro Estado Contratante com o fim de exercer uma profissão independente pode ser tributado nesse outro Estado.

3 — O capital constituído por navios, aeronaves e veículos rodoviários utilizados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante e pelos bens mobiliários afectos à exploração de tais navios, aeronaves e veículos rodoviários só pode ser tributado nesse Estado Contratante.

4 — Todos os outros elementos do capital de um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado.

Artigo 24.º

Eliminação da dupla tributação

A dupla tributação será eliminada do seguinte modo:
1 — Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos ou possuir capital que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Ucrânia. Portugal deduzirá do imposto sobre os rendimentos ou sobre o capital desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento ou sobre o capital pago na Ucrânia. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento ou do imposto sobre o capital, calculado antes da dedução, correspondente ao rendimento ou ao capital, consoante o caso, que possa ser tributado na Ucrânia.

2 — Com a ressalva do disposto na legislação ucraniana relativa à eliminação da dupla tributação (que não afectará o princípio geral aqui estabelecido), o imposto português pagável, por força da legislação de Portugal e de acordo com a presente Convenção, sobre os lucros ou sobre os rendimentos provenientes de fontes, ou sobre o capital tributável, situados em Portugal será deduzido do imposto ucraniano calculado sobre os lucros, rendimentos ou capital, em relação aos quais o imposto português for pago. Para efeitos deste número, os lucros, rendimentos e mais-valias auferidos por um residente de Portugal que podem ser tributados em Portugal de acordo com esta Convenção consideram-se provenientes de fontes situadas em Portugal.

3 — As deduções a conceder por um Estado Contratante ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 não excederão, em qualquer caso, a fracção do imposto sobre o rendimento ou do imposto sobre o capital calculado antes da dedução, que é atribuível, consoante o caso, ao rendimento ou ao capital que pode ser tributado nesse Estado.

4 — Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, os rendimentos auferidos ou o capital detido por um residente de um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, esse Estado poderá, contudo, ao calcular o quantitativo do imposto sobre os outros rendimentos ou capital desse residente, ter em conta os rendimentos ou o capital isentos.

Artigo 25.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma

tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que a tributação ou obrigações conexas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontram na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também a pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — Os apátridas residentes de um Estado Contratante não ficarão sujeitos num Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que a tributação ou obrigações conexas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem na mesma situação.

3 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades.

4 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 6 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *royalties* ou outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado. Similarmente, quaisquer dívidas de uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do capital tributável de tal empresa, nas mesmas condições como se tivessem sido contraídas por um residente do Estado primeiramente mencionado.

5 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

6 — Este artigo não poderá ser interpretado no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

7 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 26.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está contemplado no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der origem à tributação não conforme com o disposto na presente Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com o disposto na presente Convenção. Qualquer acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou aplicação da Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 27.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção, especialmente para prevenir a fraude e a evasão fiscais. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser utilizadas no caso de audiências públicas de tribunais ou de sentenças judiciais.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, industriais ou profissionais, ou processos comerciais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 28.º

Membros de missões diplomáticas e de postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros de missões diplomáticas ou de postos consulares em virtude das regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo 29.º

Entrada em vigor

Os Estados Contratantes notificarão, por via diplomática, o cumprimento das respectivas formalidades legais relativas à entrada em vigor da presente Convenção. A Convenção entrará em vigor na data da última das notificações e as suas disposições serão aplicáveis:

a) No caso de Portugal:

- i) Quanto aos impostos devidos na fonte, quando o facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;
- ii) Quanto aos demais impostos, ao rendimento auferido ou ao capital detido em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano da entrada em vigor da Convenção;

b) No caso da Ucrânia:

- i) Quanto aos impostos devidos na fonte, ao rendimento auferido em ou depois do 1.º dia de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- ii) Quanto aos demais impostos sobre o rendimento e o capital, aos impostos cobráveis relativamente a qualquer ano fiscal com início em ou depois do 1.º dia de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 30.º

Denúncia

A presente Convenção continuará em vigor enquanto não for denunciada por um dos Estados Contratantes. Qualquer Estado Contratante pode denunciar a Convenção, por via diplomática, mediante um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil posterior ao período de cinco anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

a) No caso de Portugal:

- i) Quanto aos impostos devidos na fonte, quando o facto gerador surja em ou depois do 1.º dia de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia expira;
- ii) Quanto aos demais impostos, ao rendimento auferido ou ao capital detido em ou depois do 1.º dia de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia expira;

b) No caso da Ucrânia:

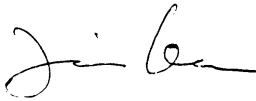
- i) Quanto aos impostos devidos na fonte, ao rendimento auferido em ou depois do 1.º dia de Janeiro do ano civil imediatamente após o ano em que o aviso de denúncia é enviado;

- ii) Quanto aos demais impostos sobre o rendimento e o capital, aos impostos cobráveis relativamente a qualquer ano fiscal com início em ou depois do 1.º dia de Janeiro do ano civil imediatamente após o ano em que o aviso de denúncia é enviado.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado, em Lisboa, aos 9 dias do mês de Fevereiro de 2000, nas línguas portuguesa, ucraniana e inglesa, sendo os três textos igualmente válidos. No caso de interpretação divergente, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela Ucrânia:



PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital, os abaixo assinados acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção:

1 — Ad artigo 2.º

Se um dos Estados Contratantes introduzir um imposto sobre o capital com base universal, as respectivas autoridades informarão as autoridades do outro Estado Contratante a fim de se consultarem para chegarem a acordo quando ao alargamento do âmbito da Convenção, de modo a incluir esse imposto.

2 — Ad artigo 7.º, n.º 3

No que respeita ao n.º 3, dever-se-á atender ao facto de que não será permitida qualquer dedução relativamente aos montantes, se existirem, pagos (excepto como reembolso de despesas efectivas) pelo estabelecimento estável à sede da empresa ou a qualquer um dos seus outros escritórios, a título de *royalties*, honorários ou outros pagamentos similares como retribuição pelo uso de patentes ou de outros direitos, ou como comissões por serviços específicos prestados, ou por gestão, ou, exceptuando o caso de um estabelecimento bancário, como juros pelas importâncias dos empréstimos concedidos ao estabelecimento estável. De igual modo, na determinação do lucro de um estabelecimento estável, não serão tidos em consideração os montantes cobrados (excepto como reembolso de despesas efectivas) pelo estabelecimento estável à sede da empresa ou a qualquer um dos seus outros escritórios, a título de *royalties*, hono-

rários ou outros pagamentos similares como retribuição pelo uso de patentes ou de outros direitos, ou como comissões por serviços específicos prestados, ou por gestão, ou, exceptuando o caso de um estabelecimento bancário, como juros pelas importâncias dos empréstimos concedidos à sede da empresa ou a qualquer um dos seus outros escritórios.

3 — Ad artigo 8.º

Para efeitos deste artigo, entende-se que os lucros de uma empresa operando no tráfego internacional de navios ou aeronaves incluem os rendimentos derivados do aluguer ocasional de navios ou aeronaves numa base de casco nu e os rendimentos do aluguer ocasional de contentores que seja complementar ou acessório da sua exploração internacional de navios ou aeronaves.

4 — Ad artigo 10.º, n.º 4

No caso de Portugal, o termo «dividendos» também compreende os lucros atribuídos ao abrigo do regime da associação em participação.

5 — Ad artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º

No que respeita aos artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º, entende-se que as reduções ou isenções fiscais estabelecidas na Convenção relativamente a dividendos, juros, *royalties* e mais-valias não se aplicam quando esses elementos do rendimento são auferidos num Estado Contratante por uma sociedade residente do outro Estado Contratante cujo capital é detido, directa ou indirectamente, em mais de 50% por accionistas ou membros que não são residentes desse outro Estado. Contudo, as disposições deste número não se aplicam se essa sociedade exercer no Estado Contratante de que é residente uma actividade comercial ou industrial substancial, diversa da mera gestão de valores ou de outros activos.

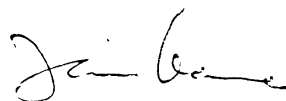
6 — Ad artigo 27.º, n.º 1

As autoridades competentes dos Estados Contratantes podem consultar-se com o objectivo de desenvolver as condições adequadas à troca de informações.

Em testemunho do qual, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram este Protocolo.

Feito em duplicado, em Lisboa, aos nove dias do mês de Fevereiro de 2000, nas línguas portuguesa, ucraniana e inglesa, sendo todos os textos igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação, o texto inglês prevalecerá.

Pela República Portuguesa:



Pela Ucrânia:



CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND UKRAINE FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME AND ON CAPITAL.

The Portuguese Republic and Ukraine, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income and on capital and confirming their endeavour to develop mutual economic relations, have agreed as follows:

Article 1

Persons covered

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income and on capital imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income and on capital all taxes imposed on total income and on total capital or on elements of income or of capital, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are, in particular:

a) In the case of Portugal:

- i) The personal income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii) The corporate income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC); and
- iii) The local surtax on corporate income tax (derrama);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»);

b) In the case of Ukraine:

- i) The tax on profits of enterprises; and
- ii) The personal income tax;

(hereinafter referred to as «Ukrainian tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of this Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

a) The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European

Continent, the archipelagos of Azores and Madeira, the respective territorial sea and any other zone in which, in accordance with the laws of Portugal and international law, the Portuguese Republic has its jurisdiction or sovereign rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed and subsoil, and of the superjacent waters;

b) The term «Ukraine», when used in geographical sense, means the territory of Ukraine, its Continental Shelf and its exclusive (maritime) economic zone, including any area outside the territorial sea of Ukraine which in accordance with international law has been or may hereafter be designated, as an area within which the rights of Ukraine with respect to the sea bed and subsoil and their natural resources may be exercised;

c) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or Ukraine, as the context requires;

d) The term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;

e) The term «company» means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;

f) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;

g) The term «international traffic» means any transport by a ship, aircraft or road vehicle operated by an enterprise of a Contracting State, except when the ship, aircraft or road vehicle is operated solely between places in the other Contracting State;

h) The term «competent authority» means:

i) In the case of Portugal, the Minister of Finance, the Director General of Taxation (director-geral dos Impostos) or their authorised representative;

ii) In the case of Ukraine, the State Tax Administration of Ukraine, or its authorised representative;

i) The term «national» means:

i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;

ii) Any legal person, partnership, association or other entity deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning that it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies. Any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management, place of registration or any other criterion of a similar nature, and also includes that State and any political or administrative subdivision or local authority thereof. This term however does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State or capital situated therein.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interest);
- b) If the State in which he has his centre of vital interest cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;
- d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then he shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office;
- d) A factory;
- e) A workshop;
- f) An installation or structure for the exploration of natural resources;
- g) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction or natural resources; and
- h) A warehouse or other structure used as a sales outlet.

3 — A building site, a construction or installation project constitutes a permanent establishment only if it lasts more than 12 months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;
- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts on behalf of the enterprise, or maintains a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise, from which regular sales of such goods and merchandise is carried on in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting

State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, aircraft and road vehicles shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 of this article shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in these articles.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

International transport

1 — Profits from the operation of ships, aircraft or road vehicles in international traffic carried on by an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that Contracting State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or
- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits where that other State considers the adjustment justified. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15% of the gross amount of the dividends.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, if the beneficial owner is a company that, for an uninterrupted period of two years prior to the payment of the dividend, owns directly at least 25% of the capital stock (capital social) of the company paying the dividends, the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of such dividends.

4 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident.

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of the interest.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State shall be exempt from tax in that State if:

- a) The payer of the interest is the Government of that Contracting State or a local authority thereof; or
- b) The interest is paid to the Government of the other Contracting State or local authority thereof or any institution (including a financial institution) wholly owned by that other Contracting State or local authority thereof; or
- c) The interest is paid to any other institution (including a financial institution) in relation to

loans made under an agreement concluded between the Governments of the Contracting States.

4 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures.

5 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of the royalties.

3 — The term «royalties», as used in this article, means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films and films or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information (know-how) concerning industrial, commercial or scientific experience.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a

resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State where the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by that permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds, for whatever reason, the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of shares of, or other participation in, a company, the assets of which consist principally of, or of rights in, immovable property situated in a Contracting State or of shares of, or other participation in, a company the assets of which consist principally of, or of rights in, such immovable property situated in a Contracting State may be taxed in the State in which the immovable property is situated.

3 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

4 — Gains from the alienation of ships, aircraft or road vehicles operated in international traffic by an enterprise of a Contracting State, or movable property pertaining to the operation of such ships, aircraft or road vehicles shall be taxable only in that State.

5 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2, 3, and 4 shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State unless he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities. If he has such a fixed base, the income may be taxed in the other State but only so much of it as is attributable to that fixed base.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period commencing or ending in the fiscal year concerned; and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship, aircraft or road vehicle operated in international traffic by an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State.

Article 16

Directors' fees

Directors' fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or any similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artists and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artist, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this article, income mentioned in this article shall be exempt from tax in the Contracting State in which the activity of the entertainer or sportsman is exercised provided that this activity is supported for the most part out of public funds of this State or of the other State or the activity is exercised under an agreement between the Contracting States.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1:

- a) Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State;
- b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:
 - i) Is a national of that State; or
 - ii) Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2:

- a) Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State;
- b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Students

Payments which a student or business apprentice who is or was immediately before visiting a Contracting State

a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 21

Professors and researchers

Remuneration received for teaching or scientific research by an individual who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first State during a period not exceeding two years for the purpose of scientific research or for teaching at a university, college, establishment for higher education, research institute or other similar establishment accredited by the Government of the first Contracting State shall be exempt from tax in the first State provided that all such entities have nonprofit-making purposes and the income is derived from outside the first State.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

Article 23

Taxation of capital

1 — Capital represented by immovable property referred to in article 6, owned by a resident of a Contracting State and situated in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Capital represented by movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or by movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, may be taxed in that other State.

3 — Capital represented by ships, aircraft and road vehicles operated in international traffic by an enterprise of a Contracting State, and by movable property pertaining to the operation of such ships, aircraft and road vehicles, shall be taxable only in that State.

4 — All other elements of capital of a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State.

Article 24

Elimination of double taxation

The double taxation shall be eliminated as follows:

1 — Where a resident of Portugal derives income or owns capital which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Ukraine, Portugal shall allow as a deduction from the tax on the income or tax on the capital of that resident an amount equal to the income tax or the capital tax paid in Ukraine. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax or capital tax as computed before the deduction is given, which is attributable to the income or the capital which may be taxed in Ukraine.

2 — Subject to the provisions of the law of Ukraine regarding the elimination of double taxation (which shall not affect the general principle hereof), Portuguese tax paid under the laws of Portugal and in accordance with this Convention, on profits or on income from sources within or chargeable capital situated in Portugal shall be allowed as a credit against any Ukrainian tax computed by reference to the same profits, income or capital on which the Portuguese tax is paid. For the purposes of this paragraph, profits, income and capital gains derived by a resident of Portugal which may be taxed in Portugal in accordance with this Convention shall be deemed to arise from sources in Portugal.

3 — The deductions provided in a Contracting State under paragraphs 1 or 2 in either case shall not exceed that part of income tax or capital tax as computed before the deduction is given, which is attributable, as the case may be, to the income or the capital which may be taxed in that State.

4 — Where in accordance with any provision of the Convention income derived or capital owned by a resident of a Contracting State is exempt from tax in that State, such State may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income or capital of such resident, take into account the exempted income or capital.

Article 25

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — Stateless persons who are residents of a Contracting State shall not be subjected in either Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals or the State concerned in the same circumstances are or may be subjected.

3 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities.

4 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 6 of article 11, or paragraph 6 of article 12 apply, interest, royalties and other

disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State. Similarly, any debts of an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable capital of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been contracted to a resident of the first-mentioned State.

5 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

6 — Nothing in this article shall be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

7 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 26

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 27

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary

for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention, in particular, to prevent tax evasion and avoidance. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2 — In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy.

Article 28

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

Article 29

Entry into force

Each of the Contracting States shall notify to the other through the diplomatic channel the completion of the procedures required by its domestic law for the bringing into force of this Convention. This Convention shall enter into force on the date of the later of these notifications and shall thereupon have effect:

- a) In Portugal:
 - i) In respect to taxes withheld at source, when the fact giving rise to them appears on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;
 - ii) In respect of other taxes as to income arising or capital owned in the fiscal year beginning on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;
- b) In Ukraine:
 - i) In respect of taxes withheld at source, to income derived on or after the first

day of January of the calendar year next following the year in which the Convention enters into force;

- ii) In respect of other taxes on income and taxes on capital, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after the first day of January of the calendar year next following the year in which the Convention enters into force.

Article 30

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving notice of termination at least six months before the end of any calendar year following after the period of five years from the date on which the Convention enters into force. In such event the Convention shall cease to have effect:

- a) In Portugal:
 - i) In respect of taxes withheld at source, when the fact giving rise to them appears on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
 - ii) In respect of other taxes as to income arising or capital owned in the fiscal year beginning on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
- b) In Ukraine:
 - i) In respect of taxes withheld at source, to income derived on or after the first day of January of the calendar year next following the year in which the notice is given;
 - ii) In respect of other taxes on income and taxes on capital, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after the first day of January of the calendar year next following the year in which the notice is given.

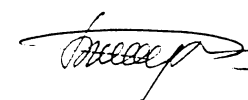
In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate at Lisbon the 9th day of February 2000, in the Portuguese, Ukrainian and English languages, all texts being equally authentic. In the case of any divergence of interpretations the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For Ukraine:



PROTOCOL

At the moment of signing the Convention between the Portuguese Republic and Ukraine for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income and on capital, the undersigned have agreed upon the following, which shall be an integral part of the Convention:

1 — Ad article 2

Shall any Contracting State introduce a tax on capital with a world-wide basis, its authorities shall inform the authorities of the other Contracting State in order that they may consult each other to reach an agreement on whether the Convention is to be extended to such tax.

2 — Ad article 7, paragraph 3

In respect of paragraph 3, consideration shall be given to the fact that there shall be allowed no deduction in respect of amounts, if any, paid (otherwise than towards reimbursement of actual expenses) by the permanent establishment to the head office of the enterprise or any of its other offices, by way of royalties, fees or other similar payments in return for the use of patents or other rights, or by way of commission, for specific services performed or for management, or, except in the case of a banking enterprise, by way of interest on money lent to the permanent establishment. Likewise, no account shall be taken, in the determination of the profits of a permanent establishment, for amounts charged (otherwise than towards reimbursement of actual expenses), by the permanent establishment to the head office of the enterprise or any of its other offices, by way of royalties, fees or other similar payments in return for the use of patents or other rights, or by way of commission for specific services performed or for management, or, except in the case of a banking enterprise, by way of interest on money lent to the head office of the enterprise or any of its other offices.

3 — Ad article 8

For the purposes of this article, it is understood that profits of an enterprise engaged in the international operation of ships or aircraft include profits from an occasional rental on a bareboat basis of ships or aircraft and profits from an occasional rental of containers which is supplementary or incidental to its international operation of ships or aircraft.

4 — Ad article 10, paragraph 4

In the case of Portugal, the term «dividends» also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits (*associação em participação*).

5 — Ad articles 10, 11, 12 and 13

With respect to articles 10, 11, 12 and 13, it is understood that the tax reductions or exemptions provided for in the Convention in connection with dividends, interest, royalties and capital gains, shall not apply where such items of income are derived from a Contracting State by a company which is a resident of the other Contracting State the capital of which is held, directly or indirectly, for more than 50% by shareholders or members who are non-residents of that other State. However, the provisions of this paragraph shall not apply if such

company carries on in the Contracting State of which it is a resident a substantial business activity other than a mere holding of securities or other assets.

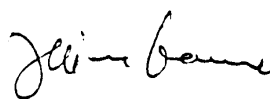
6 — Ad article 27, paragraph 1

The competent authorities of the Contracting States may consult each other in order to develop the appropriate conditions for the exchange of information.

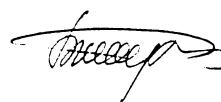
In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Protocol.

Done in duplicate at Lisbon the 9th day of February 2000, in the Portuguese, Ukrainian and English languages, all three texts being equally authentic. In case of divergent interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For Ukraine:



КОНВЕНЦІЯ МІЖ УКРАЇНОЮ

I

ПОРТУГАЛЬСЬКОЮ РЕСПУБЛІКОЮ

про уникнення подвійного оподаткування та попередження податкових ухилень стосовно податків на доход і на капітал

Україна і Португальська Республіка, бажаючи укласти Конвенцію про уникнення подвійного оподаткування та попередження податкових ухилень стосовно податків на доходи і на капітал

і підтверджуючи своє прагнення до розвитку та поглиблення взаємних економічних стосунків,

домовились про таке:

СТАТТЯ 1

Особи, до яких застосовується Конвенція

Ця Конвенція буде застосовуватись до осіб, які є резидентами однієї або обох Договірних Держав.

СТАТТЯ 2

Податки, на які поширюється Конвенція

1. Ця Конвенція застосовується до податків на доход і на капітал, що стягуються від імені Договірної Держави або її політичних або адміністративних підрозділів, або місцевих органів влади, незалежно від способу їх стягнення.

2. Податками на доходи і на капітал вважаються всі податки, що справляються від загальної суми доходу або усього капіталу, або з елементів доходу чи капіталу, включаючи податки на доход від відчуження рухомого або нерухомого майна, податки на загальну суму заробітної плати або платні, сплачувані підприємствами, а також податки на приріст вартості капіталу.

3. Існуючими податками, на які поширюється ця Конвенція, зокрема, є:

a) в Україні:

- (i) податок на прибуток підприємств; і
- (ii) податок на доходи фізичних осіб; (надалі "український податок");

b) у Португалії:

- (i) прибутковий податок з фізичних осіб;
- (ii) податок на корпоративний доход;
- (iii) місцевий додатковий податок до податку на корпоративний доход (надалі "португальський податок").

4. Ця Конвенція застосовується також до будь-яких ідентичних або подібних по суті податків, які стягуються однією з Договірних Держав після дати підписання цієї Конвенції, в доповнення до або замість існуючих податків. Компетентні органи Договірних Держав повідомляють один одного про будь-які істотні зміни, що відбудуться в їх відповідних податкових законодавствах.

СТАТТЯ 3 Загальні визначення

1. Для цілей цієї Конвенції, якщо із контексту не випливає інше:

a) термін "Україна" при використанні в географічному значенні означає територію України, її континентальний шельф і її виключну (морську) економічну зону, а також будь-яку іншу територію за межами територіальних вод України, яка відповідно до міжнародного права визначається або може бути в подальшому визначена як територія, в межах якої можуть здійснюватись права України стосовно морського дна, надр та їх природних ресурсів;

b) термін "Португалія" означає територію Португальської Республіки, розташованої на Європейському континенті, архіпелаги Азорес і Мадейра, територіальне море і будь-яку іншу зону, що відносяться до них, де відповідно до законодавства Португалії і міжнародного права Португальська Республіка має свою юрисдикцію або суверенні права стосовно розвідки і розробки природних ресурсів морського дна і надр та прилеглих вод;

c) терміни "Договірна Держава" і "друга Договірна Держава" означають залежно від контексту Україну або Португалію;

d) термін "особа" включає фізичну особу, компанію або будь-яке інше об'єднання осіб;

e) термін «компанія» означає будь-яке корпоративне об'єднання або будь-яку організацію, що розглядається з метою оподаткування як корпоративне об'єднання;

f) терміни "підприємство Договірної Держави" та "підприємство другої Договірної Держави" означають відповідно підприємство, що керується резидентом Договірної Держави, та підприємство, що керується резидентом другої Договірної Держави;

g) термін "міжнародне перевезення" означає будь-яке перевезення морським, повітряним судном або дорожнім транспортним засобом, що експлуатується підприємством Договірної Держави, крім випадків, коли морське, повітряне судно або дорожній транспортний засіб експлуатується виключно між пунктами в другій Договірній Державі;

h) термін "компетентний орган" означає:

i) в Україні - Державну податкову адміністрацію України або її повноважного представника;

ii) в Португалії - Міністра фінансів, Генерального Директора з оподаткування або їх повноважного представника;

j) термін "національна особа" означає :

(i) будь-яку фізичну особу, яка має громадянство Договірної Держави;

(ii) будь-яку юридичну особу, товариство, асоціацію або інше об'єднання, що одержують свій статус як такий за чинним законодавством Договірної Держави.

2. При застосуванні в будь-який час цієї Конвенції Договірною Державою будь-який термін, не визначений у Конвенції, має те значення, яке надається йому на даний час законодавством цієї Держави щодо податків, на які поширюється ця Конвенція, якщо з контексту не випливає інше. Будь-яке значення такого терміну згідно з чинним податковим законодавством цієї Держави переважає над значенням цього терміну відповідно до іншого законодавства цієї Держави.

СТАТТЯ 4 Резидент

1. Для цілей цієї Конвенції термін "резидент однієї Договірної Держави" означає будь-яку особу, яка за законодавством цієї Держави підлягає оподаткуванню в ній на підставі місця проживання, постійного місця перебування, місця знаходження керівного органу, місця реєстрації або іншого аналогічного критерію, а також включає цю Державу і будь-який її політичний або адміністративний підрозділ або місцевий орган влади. Цей термін, разом з тим, не включає будь-яку особу, яка підлягає оподаткуванню в цій Державі, тільки щодо доходів з джерел в цій Державі або стосовно капіталу, що в ній знаходиться.

2. Якщо відповідно до положень пункту 1 фізична особа є резидентом обох Договірних Держав, її статус визначається таким чином:

a) вона вважається резидентом тільки тієї Держави, де вона має постійне житло; якщо вона має постійне житло в обох Державах, вона вважається резидентом лише тієї Держави, де вона має більш тісні особисті й економічні зв'язки (центр життєвих інтересів);

b) якщо Держава, в якій вона має центр життєвих інтересів, не може бути визначена або коли вона не має постійного житла в жодній з Договірних Держав, вона вважається резидентом лише тієї Держави, де вона звичайно проживає;

c) якщо вона звичайно проживає в обох Державах або коли вона звичайно не проживає в жодній з них, вона вважається резидентом тієї Держави, національною особою якої вона є;

d) якщо вона є національною особою обох Держав або коли вона не є національною особою жодної з них, компетентні органи Договірних Держав вирішують питання оподаткування такого резидента за взаємною згодою.

3. Якщо відповідно до положень пункту 1 особа, що не є фізичною особою, є резидентом обох Договірних Держав, вона вважається резидентом лише тієї Договірної Держави, де розміщений її фактичний керівний орган.

СТАТТЯ 5 Постійне представництво

1. Для цілей цієї Конвенції термін "постійне представництво" означає постійне місце діяльності, через яке повністю або частково здійснюється підприємницька діяльність підприємства.

2. Термін "постійне представництво", зокрема, включає :

a) місцезнаходження дирекції;

b) відділення;

c) контору;

d) фабрику;

e) майстерню;

f) установку або споруду для розвідки природних ресурсів;

g) шахту, нафтову або газову свердловину, кар'єр або будь-яке інше місце видобутку природних ресурсів;

h) склад або іншу споруду, що використовується як торговельна точка.

3. Будівельний майданчик, монтажний чи установочний об'єкт є постійними представництвами лише в тому разі, якщо вони існують більше дванадцяти місяців.

4. Незважаючи на попередні положення цієї статті, термін "постійне представництво" не розглядається як такий, що включає:

a) використання споруд виключно з метою зберігання, показу або поставки товарів чи виробів, що належать підприємству;

b) утримання запасів товарів або виробів, що належать підприємству, виключно з метою зберігання, показу або поставки;

c) утримання запасів товарів або виробів, що належать підприємству, виключно з метою переробки іншим підприємством;

d) утримання постійного місця діяльності виключно з метою закупівлі товарів чи виробів або для збирання інформації для підприємства;

e) утримання постійного місця діяльності виключно з метою здійснення для підприємства будь-якої іншої діяльності, яка має підготовчий або допоміжний характер;

f) утримання постійного місця діяльності виключно для здійснення будь-якої комбінації видів діяльності, перелічених у підпунктах від a) до e), за умови, що сукупна діяльність постійного місця діяльності, яка виникає внаслідок такої комбінації, має підготовчий або допоміжний характер.

5. Якщо, крім агента з незалежним статусом, про якого йдеться в 6-му пункті цієї статті, інша особа, незалежно від положень пунктів 1 і 2 цієї статті, діє від імені підприємства і має, і звичайно використовує в Договірній Державі повноваження укладати контракти від імені підприємства, або утримує запаси товарів та виробів, що належать підприємству, з яких здійснюється регулярний продаж цих товарів від імені підприємства, то це підприємство розглядається як таке, що має постійне представництво в цій Державі щодо будь-якої діяльності, яку ця особа здійснює для підприємства, за винятком, якщо діяльність цієї особи обмежується тією, що зазначена в пункті 4, яка, якщо і здійснюється через постійне місце діяльності, не робить з цього постійного місця діяльності постійного представництва відповідно до положень цього пункту.

6. Підприємство не розглядається як таке, що має постійне представництво в Договірній Державі, лише якщо воно здійснює підприємницьку діяльність у цій Державі через брокера, комісіонера чи будь-якого іншого агента з незалежним статусом за умови, що ці особи діють у межах своєї звичайної діяльності.

7. Той факт, що компанія, яка є резидентом Договірної Держави, контролює чи контролюється компанією, що є резидентом другої Договірної Держави або яка здійснює підприємницьку діяльність у цій другій Державі (або через постійне представництво або будь-яким іншим чином), сам по собі не перетворює одну з цих компаній у постійне представництво другої компанії.

СТАТТЯ 6**Доходи від нерухомого майна**

1. Доходи, що одержуються резидентом Договірної Держави від нерухомого майна (включаючи дохід від сільського або лісового господарства), яке знаходиться в другій Договірній Державі, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Термін "нерухоме майно" повинен мати те значення, яке він має у законодавстві Договірної Держави, в якій знаходиться це майно. Цей термін повинен у будь-якому випадку включати майно, допоміжне щодо нерухомого майна, худобу і обладнання, використовувані в сільському і лісовому господарстві, права, до яких застосовуються положення загального права щодо земельної власності, узуфрукт нерухомого майна і права на перемінні або фіксовані платежі як компенсації за розробку або право на розробку мінеральних запасів, джерел та інших природних ресурсів; морські, повітряні судна і дорожні транспортні засоби не розглядаються як нерухоме майно.

3. Положення пункту 1 застосовуються до доходу, одержуваного від прямого використання, здавання в оренду або використання в будь-якій іншій формі.

4. Положення пунктів 1 і 3 застосовуються також до доходу від нерухомого майна підприємств і до доходів від нерухомого майна, використовуваного для здійснення незалежних особистих послуг.

СТАТТЯ 7**Прибуток від підприємницької діяльності**

1. Прибуток підприємства Договірної Держави оподатковується тільки у цій Державі, якщо тільки це підприємство не здійснює підприємницької діяльності в другій Договірній Державі через розташоване в ній постійне представництво. Якщо підприємство здійснює підприємницьку діяльність як вказано вище, прибуток підприємства може оподатковуватись у другій Державі, але тільки в тій частині, яка стосується цього постійного представництва.

2. З урахуванням положень пункту 3, якщо підприємство однієї Договірної Держави здійснює підприємницьку діяльність у другій Договірній Державі через розташоване там постійне представництво, то в кожній Договірній Державі до такого постійного представництва відноситься прибуток, який воно могло б одержати, якби було окремим та самостійним підприємством, зайнятим такою ж або аналогічною діяльністю в таких же або аналогічних умовах і діяло в повній незалежності від підприємства, постійним представництвом якого воно є.

3. У визначенні прибутку постійного представництва допускається віднімання витрат, понесених для цілей постійного представництва, включаючи управлінські та загальноадміністративні витрати, понесені таким чином як у Державі, де розташоване постійне представництво, так і в будь-якому іншому місці.

4. В міру того, як визначення в Договірній Державі прибутку, що стосується постійного представництва, на базі пропорційного розподілу загальної суми прибутку підприємства його різним підрозділам, є звичайною практикою, ніщо в пункті 2 цієї статті не буде перешкоджати цій Договірній Державі визначати оподатковуваний прибуток шляхом такого розподілу, як це диктується практикою; обраний спосіб розподілу, однак повинен бути таким, що його результати будуть відповідати принципам, які містяться в цій статті.

5. Жодний прибуток не відноситься до постійного представництва на основі простої закупівлі постійним представництвом товарів або виробів для підприємства.

6. Для цілей попередніх пунктів прибуток, що відноситься до постійного представництва, визначається щорічно одним і тим же методом, якщо тільки немає достатньої і вагомої причини для зміни.

7. Якщо прибуток включає види доходів, які розглядаються окремо в інших статтях цієї Конвенції, положення таких статей не будуть зачіпатися положеннями цієї статті.

СТАТТЯ 8**Міжнародний транспорт**

1. Прибуток від експлуатації морських, повітряних суден або дорожніх транспортних засобів у міжнародних перевезеннях, здійснюваних підприємством Договірної Держави, будуть оподатковуватись лише в цій Договірній Державі.

2. Положення пункту 1 застосовуються також до прибутку від участі в пулі, спільному підприємстві чи міжнародному транспортному агентстві.

СТАТТЯ 9**Асоційовані підприємства**

1. У випадку, коли:

a) підприємство Договірної Держави прямо або посередньо бере участь у керівництві, контролі або капіталі підприємства другої Договірної Держави, або

b) одні й ті ж особи прямо або посередньо беруть участь у керівництві, контролі або капіталі підприємства однієї Договірної Держави і підприємства другої Договірної Держави

і в кожному випадку між двома підприємствами в їх комерційних та фінансових взаємовідносинах створюються або встановлюються умови, відмінні від тих, які

мали б місце між двома незалежними підприємствами, тоді будь-який прибуток, який міг би бути нарахований одному з них, але з причин наявності цих умов не був йому нарахований, може бути включений до прибутку цього підприємства і відповідно оподаткований.

2. У випадку, коли одна Договірна Держави включає в прибутки підприємства цієї Держави - і відповідно оподатковує - прибутки, по яких підприємство другої Договірної Держави було оподатковано в цій другій Державі, і прибутки, таким чином включені, є прибутками, які були б нараховані підприємству першої Держави, якби умови взаємовідносин між двома підприємствами були б умовами, які існують між незалежними підприємствами, тоді ця друга Держави повинна зробити відповідні поправки в сумі податку, що стягується з цих прибутків. При визначенні такої поправки повинні бути розглянуті інші положення цієї Конвенції, а компетентні органи Договірних Держав можуть проконсультуватись один з одним при необхідності.

СТАТТЯ 10**Дивіденди**

1. Дивіденди, що сплачуються компанії, яка є резидентом Договірної Держави, резиденту другої Договірної Держави, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Однак такі дивіденди можуть також оподатковуватись у Договірній Державі, резидентом якої є компанія, що сплачує дивіденди, і відповідно до законодавства цієї Держави, але якщо фактичний власник дивідендів є резидентом другої Договірної Держави, то податок, що стягується таким чином не повинен перевищувати 15 відсотків від загальної суми дивідендів.

Компетентні органи Договірних Держав встановлюють за взаємною згодою спосіб застосування цього обмеження.

Цей пункт не зачіпає оподаткування компанії стосовно прибутку, з якого сплачуються дивіденди.

3. Незважаючи на положення пункту 2, якщо фактичним власником дивідендів є компанія, яка протягом безперервного дворічного періоду до виплати дивідендів володіла безпосередньо принаймні 25 відсотками акціонерного капіталу (сусільного капіталу) компанії, що сплачує дивіденди, то податок, що стягується таким чином, не повинен перевищувати 10 відсотків загальної суми таких дивідендів.

4. Термін "дивіденди" при використанні в цій статті означає дохід від акцій чи інших прав, які не є борговими вимогами, що дають право на участь у прибутку, також як дохід від інших корпоративних прав, який підлягає такому ж оподаткуванню, як доходи від акцій відповідно до податкового законодавства Держави, резидентом якої є компанія, що розподіляє прибуток.

5. Положення пунктів 1, 2 і 3 не застосовуються, якщо фактичний власник дивідендів, який є резидентом Договірної Держави, здійснює підприємницьку діяльність у другій Договірній Державі, резидентом якої є компанія, що сплачує дивіденди, через розташоване в ній постійне представництво, або надає в цій другій Державі незалежні особисті послуги з розташованою в ній постійної бази, і холдінг, стосовно якого сплачуються дивіденди, дійсно відноситься до таких постійного представництва або постійної бази. В такому випадку, залежно від обставин, застосовуються положення статті 7 або статті 14.

6. Якщо компанія, яка є резидентом однієї Договірної Держави, одержує прибуток або доходи з другої Договірної Держави, ця друга Держави може не стягувати будь-яких податків на дивіденди, що сплачуються компанією, за винятком, коли ці дивіденди сплачуються резиденту цієї другої Держави, або якщо холдінг, стосовно якого сплачуються дивіденди, дійсно відноситься до такого постійного представництва або постійної бази, розташованих у цій другій Державі, і з нерозподіленого прибутку компанії не стягуються податки на нерозподілений прибуток, навіть якщо дивіденди сплачуються або нерозподілений прибуток складається повністю або частково з прибутку або доходу, що утворюються у цій другій Державі.

СТАТТЯ 11**Проценти**

1. Проценти, що виникають в одній Договірній Державі і сплачуються резиденту другої Договірної Держави, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Однак такі проценти можуть також оподатковуватись у тій Договірній Державі, в якій вони виникають, і відповідно до законодавства цієї Держави, але якщо фактичний власник процентів є резидентом другої Договірної Держави, податок, що стягується таким чином, не повинен перевищувати 10 відсотків від загальної суми процентів.

Компетентні органи Договірних Держав за взаємною згодою встановлюють спосіб застосування такого обмеження.

3. Незважаючи на положення пункту 2, проценти, що виникають в Договірній Державі підлягають звільненню від оподаткування в цій Державі, якщо:

a) платником процентів є Уряд цієї Договірної Держави або його місцевий орган влади; або

b) проценти сплачуються Уряду другої Договірної Держави або її місцевому органу влади або будь-якій установі (включаючи фінансову установу), що повністю належить цій іншій Договірній Державі або місцевому органу влади; або

c) проценти сплачуються будь-якій іншій установі (включаючи фінансову установу) стосовно позик, здійснених на підставі угоди, що укладається між Урядами Договірних Держав.

4. Термін "проценти" при використанні в цій статті означає дохід від боргових вимог будь-якого виду, незалежно від іпотечного забезпечення і незалежно від володіння правом на участь у прибутках боржника, і зокрема, дохід від урядових цінних паперів і дохід від облігацій чи боргових вимог, включаючи премії та винагороди, що сплачуються стосовно таких цінних паперів, облігацій або боргових зобов'язань.

5. Положення пунктів 1 і 2 не застосовуються, якщо фактичний власник процентів є резидентом однієї Договірної Держави, здійснює підприємницьку діяльність у другій Договірній Державі, в якій виникають проценти, через розташоване в ній постійне представництво або надає в цій другій Державі незалежні особисті послуги з розташованою там постійної бази, і боргова вимога, на підставі якої сплачуються проценти, дійсно відноситься до такого постійного представництва або постійної бази. У такому випадку, залежно від обставин, застосовуються положення статті 7 або статті 14.

6. Вважається, що проценти виникають у Договірній Державі, якщо платником є резидент цієї Держави. Якщо, проте, особа, що сплачує проценти, незалежно від того, є вона резидентом Договірної Держави чи ні, має в Договірній Державі постійне представництво або постійну базу, у зв'язку з якими виникла заборгованість, по якій сплачуються проценти, і витрати по сплаті цих процентів несе таке постійне представництво або постійна база, то вважається, що такі проценти виникають в тій Державі, в якій знаходиться постійне представництво або постійна база.

7. Якщо з причин особливих відносин між платником і фактичним власником процентів, або між ними обома і будь-якою третьою особою, сума сплачуваних процентів, що стосується боргової вимоги, на підставі якої вона сплачується, перевищує суму, яка була б погоджена між платником і фактичним власником процентів, при відсутності таких відносин, положення цієї статті застосовуються тільки до останньої згаданої суми процентів. У такому випадку надмірна частина платежу, як і раніше, підлягає оподаткуванню відповідно до законодавства кожної Договірної Держави з належним урахуванням інших положень цієї Конвенції.

СТАТТЯ 12 Роялті

1. Роялті, які виникають в одній Договірній Державі і сплачуються резиденту другої Договірної Держави, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Однак такі роялті можуть також оподатковуватись у Договірній Державі, в якій вони виникають, і відповідно до законодавства цієї Держави, але якщо одержувач є фактичним власником роялті, то податок, що визначається таким чином, не повинен перевищувати 10 процентів загальної суми роялті.

3. Термін "роялті" при використанні в цій статті означає платежі будь-якого виду, що одержуються як винагорода за користування або за надання права користування будь-якими авторськими правами на літературні твори, твори мистецтва або науки включаючи кінематографічні фільми, або фільми або плівки для радіомовлення чи телебачення, будь-який патент, торгову марку, дизайн або модель, план, таємну формулу або процес, або за користування, або за надання права користування промисловим, комерційним або науковим обладнанням або за інформацію (ноу-хау), що стосується промислового, комерційного або наукового досвіду.

4. Положення пунктів 1 і 2 не застосовуються, якщо фактичний власник роялті, який є резидентом однієї Договірної Держави, здійснює підприємницьку діяльність у другій Договірній Державі, в якій виникають роялті, через розташоване там постійне представництво, або надає в цій другій Державі незалежні особисті послуги з розташованою там постійної бази, і право або майно, стосовно яких сплачуються роялті, дійсно пов'язані з цим постійним представництвом чи постійною базою. У такому випадку застосовуються положення статті 7 або статті 14, залежно від обставин.

5. Вважається, що роялті виникають у Договірній Державі, якщо платником є резидент цієї Держави. Якщо, проте, особа, що сплачує роялті, незалежно від того, є вона резидентом Договірної Держави чи ні, має у Договірній Державі постійне представництво або постійну базу, у зв'язку з якими виникло зобов'язання сплачувати роялті, і витрати по сплаті цих роялті несе це постійне представництво або постійна база, то вважається, що такі роялті виникають у Державі, в якій розташоване постійне представництво або постійна база.

6. Якщо з причин особливих відносин між платником і фактичним власником, або між ними обома і будь-якою третьою особою, сума роялті, яка відноситься до використання, права або інформації, на підставі яких вони сплачуються, перевищує, з будь-яких причин, суму, яка була б узгоджена між платником і фактичним власником за відсутності таких відносин, положення цієї статті будуть застосовуватись тільки до останньої згаданої суми. У цьому випадку надмірна частина платежу, як і раніше, підлягає оподаткуванню відповідно до законодавства кожної Договірної Держави, з належним урахуванням інших положень цієї Конвенції.

СТАТТЯ 13 Доходи від відчужування майна

1. Доходи, що одержуються резидентом Договірної Держави від відчужування нерухомого майна, як воно визначено у статті 6 і яке знаходиться у другій Договірній Державі, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Доходи від відчужування акцій компанії, або іншої участі в компанії, активи якої складаються головним чином з нерухомого майна або прав на нерухоме майно, яке знаходиться в Договірній Державі, або від відчужування акцій компанії або іншої участі компанії, активи якої складаються головним чином з такого нерухомого майна або прав на нерухоме майно, розташованого в Договірній Державі, можуть оподатковуватись в Державі, в якій знаходиться нерухоме майно.

3. Доходи від відчужування рухомого майна, що формує частину комерційного майна постійного представництва, яке підприємство Договірної Держави має в другій Договірній Державі, або рухомого майна, яке відноситься до постійної бази, доступної резиденту Договірної Держави в другій Договірній Державі для цілей надання незалежних особистих послуг, які включають такі доходи від відчужування такого постійного представництва (окремо чи в сукупності з цілим підприємством) або такої постійної бази, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

4. Доходи від відчужування морських, повітряних суден або дорожніх транспортних засобів, що експлуатуються в міжнародних перевезеннях підприємством Договірної Держави, або рухомого майна, що відноситься до експлуатації таких морських, повітряних суден або дорожніх транспортних засобів, оподатковуються тільки в цій Державі.

5. Доходи від відчужування будь-якого майна, іншого ніж те, про яке йдеться у пунктах 1, 2, 3 і 4, оподатковуються тільки в Договірній Державі, резидентом якої є особа, що відчужує майно.

СТАТТЯ 14 Незалежні особисті послуги

1. Доход, що одержується резидентом однієї Договірної Держави щодо професійних послуг чи іншої діяльності незалежного характеру, оподатковується тільки в цій Державі, за винятком випадку, коли він володіє регулярно доступною постійною базою в другій Договірній Державі з метою проведення цієї діяльності. Якщо він володіє такою постійною базою, дохід може оподатковуватись у другій Державі, але тільки стосовно тієї частини доходу, що відноситься до цієї постійної бази.

2. Термін "професійні послуги" включає, зокрема, незалежну наукову, літературну, артистичну, художню, освітню або викладацьку діяльність, так само, як і незалежну діяльність лікарів, адвокатів, інженерів, архітекторів, стоматологів і бухгалтерів.

СТАТТЯ 15 Залежні особисті послуги

1. З урахуванням положень статей 16, 18, 19, 20 і 21 платня, заробітна плата та інші подібні винагороди, одержувані резидентом Договірної Держави у зв'язку з роботою за наймом, оподатковуються тільки в цій Державі, якщо тільки робота за наймом не здійснюється в другій Договірній Державі. Якщо робота за наймом здійснюється таким чином, така винагорода, одержана у зв'язку з цим, може оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Незалежно від положень пункту 1, винагорода, що одержується резидентом Договірної Держави у зв'язку з роботою за наймом, здійсненою в другій Договірній Державі, оподатковується тільки в першій згаданій Державі, якщо:

a) одержувач перебуває в другій Державі протягом періоду або періодів, що не перевищують у сукупності 183 днів у будь-якому дванадцятимісячному періоді, що починається чи закінчується в даному фінансовому році; і

b) винагорода сплачується наймачем або від імені наймача, який не є резидентом другої Держави; і

c) витрати по сплаті винагород не несуть постійне представництво або постійна база, які наймач має в другій Державі.

3. Незалежно від попередніх положень цієї статті, винагорода, одержувана у зв'язку з роботою за наймом, що здійснюється на борту морського, повітряного судна або дорожньо-транспортного засобу, яке експлуатується в міжнародних перевезеннях підприємством Договірної Держави, буде оподатковуватись тільки в цій Державі.

СТАТТЯ 16 Гонорари директорів

Гонорари директорів та інші аналогічні виплати, які одержуються резидентом однієї Договірної Держави як членом ради директорів або будь-якого аналогічного органу компанії, яка є резидентом другої Договірної Держави, можуть оподатковуватись у цій другій Державі.

СТАТТЯ 17
Артисти і спортсмени

1. Незалежно від положень статей 14 і 15, доход, що одержується резидентом Договірної Держави як працівником мистецтв, таким як артист театру, кіно, радіо чи телебачення, або музикантом, або як спортсменом від його особистої діяльності, здійснюваної в другій Договірній Державі, може оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Якщо доход від особистої діяльності, здійснюваної працівником мистецтв або спортсменом у цій своїй якості, нараховується не самому працівнику мистецтв чи спортсмену, а іншій особі, цей доход може, незалежно від положень статей 7, 14 і 15, оподатковуватись у Договірній Державі, в якій здійснюється діяльність працівника мистецтв чи спортсмена.

3. Незважаючи на положення пунктів 1 і 2 цієї статті, доход, вказаний у цій статті, буде звільнений від оподаткування в тій Договірній Державі, в якій діяльність артиста або спортсмена здійснюється, якщо ця діяльність суттєвою мірою фінансується за рахунок суспільних фондів тієї Держави або другої Держави, або якщо ця діяльність виконується на підставі угоди, укладеної між Договірними Державами.

СТАТТЯ 18
Пенсії

3. Урахованням положень пункту 2 статті 19 пенсії та інші подібні винагороди, що сплачуються резиденту Договірної Держави у зв'язку з минулою роботою за наймом, підлягають оподаткуванню тільки в цій Державі.

СТАТТЯ 19
Державна служба

1. а) Платня, заробітна плата та інша подібна винагорода, інша, ніж пенсія, що сплачується Договірною Державою або її політичним або адміністративним підрозділом, або місцевим органом влади будь-якій фізичній особі за службу, здійснювану для цієї Держави або її політичного або адміністративного підрозділу або місцевого органу влади, оподатковується тільки в цій Державі;

б) Однак, така платня, заробітна плата та інша подібна винагорода оподатковується тільки в другій Договірній Державі, якщо служба здійснюється в цій Державі, і фізична особа є резидентом цієї Держави, яка:

(і) є національною особою цієї Держави; або

(ii) не стала резидентом цієї Держави тільки з метою здійснення служби.

2. а) Будь-яка пенсія, яка сплачується Договірною Державою чи її політичним або адміністративним підрозділом, або місцевим органом влади, або із створених ними фондів фізичній особі за службу, здійснювану для цієї Держави або її політико-адміністративного підрозділу, або місцевого органу влади, оподатковується тільки в цій Державі.

б) Однак, така пенсія оподатковується тільки в другій Договірній Державі, якщо фізична особа є її резидентом і національною особою цієї Держави.

3. Положення статей 15, 16, 17 і 18 застосовуються до платні, заробітної плати та іншої подібної винагороди, до пенсій стосовно служби, що здійснюється у зв'язку з проведенням підприємницької діяльності Договірною Державою або її політичним або адміністративним підрозділом, або місцевим органом влади.

СТАТТЯ 20
Студенти

Платежі, одержувані студентом або стажувальником, які є або були безпосередньо до приїзду в одну Договірну Державу резидентами другої Договірної Держави і перебувають у першій згаданій Державі виключно з метою навчання або одержання освіти, і призначені для проживання, навчання і одержання освіти, не оподатковуються в першій згаданій Державі за умови, що джерела цих платежів знаходяться за межами цієї Держави.

СТАТТЯ 21
Професори і дослідники

Винагорода, що одержується за викладання або проведення наукового дослідження фізичною особою, яка є або була безпосередньо до приїзду в одну Договірну Державу резидентом другої Договірної Держави і яка знаходиться в першій згаданій Державі протягом періоду, що не перевищує двох років, з метою проведення наукового дослідження або викладання в університеті, коледжі, вищому навчальному закладі, дослідницькому інституті або іншому подібному закладі, акредитованому Урядом першої Договірної Держави, не оподатковується в першій згаданій Державі, за умови, що всі ці організації переслідують некомерційні цілі, а доходи отримуються з-за меж першої Договірної Держави.

СТАТТЯ 22
Інші доходи

1. Види доходів резидента Договірної Держави, незалежно від джерела їх виникнення, про які не йдеться у попередніх статтях цієї Конвенції, оподатковуються тільки в цій Державі.

2. Положення пункту 1 не застосовуються до доходів інших, ніж доходи від нерухомого майна, визначеного в пункті 2 статті 6, якщо одержувач таких доходів є резидентом однієї Договірної Держави, здійснює підприємницьку діяльність у другій Договірній Державі через розташоване в ній постійне представництво і надає в цій Державі незалежні особисті послуги через розташовану там постійну базу, і право або майно, у зв'язку з якими одержано доход, дійсно пов'язані з таким постійним представництвом або постійною базою. В такому випадку застосовуються положення статті 7 або статті 14 залежно від обставин.

СТАТТЯ 23
Оподаткування капіталу

1. Капітал, представлений нерухомим майном, про яке йдеться у статті 6, що є власністю резидента однієї Договірної Держави та знаходиться в другій Договірній Державі, може оподатковуватись у цій другій Державі.

2. Капітал, представлений рухомим майном, що є частиною комерційного майна постійного представництва, яке підприємство однієї Договірної Держави має в другій Договірній Державі, або представлене рухомим майном, пов'язаним з постійною базою, доступною резиденту однієї Договірної Держави в другій Договірній Державі з метою надання незалежних особистих послуг, може оподатковуватись у цій другій Державі.

3. Капітал, представлений морськими, повітряними судами і дорожніми транспортними засобами, що експлуатуються у міжнародних перевезеннях підприємством Договірної Держави, а також рухомим майном, пов'язаним з експлуатацією цих морських, повітряних суден та дорожніх транспортних засобів, оподатковується тільки в цій Державі.

4. Усі інші елементи капіталу резидента Договірної Держави оподатковуються тільки у цій Державі.

СТАТТЯ 24
Усунення подвійного оподаткування

Подвійне оподаткування усувається таким чином:

1. Якщо резидент Португалії одержує дохід або володіє капіталом, який згідно з положеннями цієї Конвенції може оподатковуватись в Україні, то Португалія дозволяє вирахування з податку на дохід або з податку на капітал цього резидента суми, що дорівнює податку на дохід або податку на капітал, сплаченому в Україні. Таке вирахування, однак, не повинно перевищувати тієї частини податку з доходу або з капіталу, підрховану до надання вирахування, яка відноситься до таких видів доходу або капіталу, який може оподатковуватись в Україні.

2. З урахуванням положень законодавства України, щодо усунення подвійного оподаткування (які не будуть суперечити головним принципам цього пункту), на португальський податок, сплачуваний за законодавством Португалії, та відповідно до цієї Конвенції прямо або шляхом вирахування з прибутку, доходів або майна, що підлягає оподаткуванню, із джерел в Португалії, буде робитись знижка у вигляді кредиту проти будь-якого українського податку, обчислюваного стосовно того ж прибутку, доходу або капіталу, стосовно яких сплачується португальський податок. Для цілей цього пункту прибуток, дохід і доходи від відчуження майна, одержувані резидентом Португалії, які можуть оподатковуватись в Португалії відповідно до цієї Конвенції, будуть вважатись такими, що виникають із джерел в Португалії.

3. Вирахування, передбачені в Договірній Державі відповідно до пунктів 1 і 2 в будь-якому випадку не повинні перевищувати тієї частини податку з доходу або капіталу, як було підрховано до надання вирахування, яка стосується доходу або капіталу, які можуть оподатковуватись у цій Державі, залежно від обставин.

4. Якщо відповідно до будь-якого положення Конвенції одержуваний дохід або капітал резидента Договірної Держави звільнено від податку в цій Державі, ця Держава може, незважаючи на це, при підрхунку суми оподаткування на частину доходу або капіталу цього резидента, що залишилась, взяти до уваги звільнений дохід або капітал.

СТАТТЯ 25
Недискримінація

1. Національні особи однієї Договірної Держави не будуть підлягати у другій Договірній Державі будь-якому оподаткуванню або пов'язаному з ним зобов'язанню, яке є іншим або більш обтяжливим ніж оподаткування і пов'язане з ним зобов'язання, яким піддаються або можуть піддаватись національні особи цієї другої Держави за тih же обставин, зокрема щодо резиденції. Це положення також застосовується, незважаючи на положення статті 1, до осіб, які не є резидентами однієї або обох Договірних Держав.

2. Особи без громадянства, які є резидентами Договірної Держави, не будуть піддаватися в жодній з Договірних Держав будь-якому оподаткуванню або пов'язаному з ним зобов'язанню, іншому або більш обтяжливому, ніж оподаткування і пов'язані з ним зобов'язання, яким національні особи Держави, що відносяться до них, піддаються або можуть піддаватися за тих же умов.

3. Оподаткування постійного представництва, яке підприємство Договірної Держави має в другій Договірній Державі, не повинно бути менш сприятливим у цій другій Державі, ніж оподаткування підприємств цієї другої Держави, які здійснюють подібну діяльність.

4. За винятком випадків, коли застосовуються положення пункту 1 статті 9, пункту 7 статті 11 або пункту 6 статті 12, проценти, роялті та інші виплати, що здійснюються підприємством Договірної Держави резиденту другої Договірної Держави, з метою визначення оподаткованого прибутку такого підприємства підлягають вирахуванню за таких же умов, за яких вони сплачувались резиденту першої згаданої Держави. Таким же чином будь-які борги підприємства однієї Договірної Держави резиденту другої Договірної Держави, з метою визначення оподаткованого капіталу такого підприємства, підлягають вирахуванню за таких же умов, що й борги резидента першої згаданої Держави.

5. Підприємства Договірної Держави, капітал яких повністю або частково належить або контролюється прямо чи посередньо одним або кількома резидентами другої Договірної Держави, не будуть піддаватися в першій згаданій Державі будь-якому оподаткуванню або пов'язаному з ним зобов'язанню, яке є іншим або більш обтяжливим ніж оподаткування і пов'язані з ним зобов'язання, яким піддаються або можуть піддаватися інші подібні підприємства першої згаданої Держави.

6. Ніщо в цій статті не повинно тлумачитись як зобов'язання однієї Договірної Держави надавати резидентам другої Договірної Держави будь-які особисті пільги, вирахування та знижки для цілей оподаткування, на підставі громадянського статусу або сімейних зобов'язань які вона надає своїм власним резидентам.

7. Положення цієї статті, незважаючи на положення статті 2, будуть застосовуватись до податків любого роду і виду.

СТАТТЯ 26

Процедура взаємного узгодження

1. Якщо особа вважає, що дії однієї або обох Договірних Держав призводять або призведуть до її оподаткування не відповідно до положень цієї Конвенції, вона може, незалежно від засобів захисту, передбачених національним законодавством цих Держав, подати свій випадок для розгляду до компетентних органів Договірної Держави, резидентом якої вона є, або, якщо її випадок підпадає під дію пункту 1 статті 24, тієї Договірної Держави, національною особою якої вона є. Випадок повинен бути поданий протягом трьох років з дня першого повідомлення про дію, що призвела до оподаткування не у відповідності до положень Конвенції.

2. Компетентний орган прагнучим, якщо він буде вважати заперечення обґрунтованим і якщо він сам не в змозі прийняти задовільне рішення, вирішити питання за взаємною згодою з компетентним органом другої Договірної Держави з метою уникнення оподаткування, невідповідного цій Конвенції. Будь-яка досягнута домовленість буде застосовуватись незалежно від будь-яких обмежень часу, передбачених внутрішнім законодавством Договірних Держав.

3. Компетентні органи Договірних Держав будуть прагнути вирішити за взаємною згодою будь-які труднощі або сумніви, що виникають при тлумаченні або застосуванні Конвенції.

4. Компетентні органи Договірних Держав можуть вступати в прямі контакти один з одним з метою досягнення згоди в розумінні попередніх пунктів.

СТАТТЯ 27

Обмін інформацією

1. Компетентні органи Договірних Держав обмінюються інформацією, необхідною для виконання положень цієї Конвенції або національних законодавств Договірних Держав, що стосуються податків, на які поширюється Конвенція, тією мірою, в якій оподаткування не суперечить цій Конвенції, зокрема, щоб попереджувати ухилення від сплати податків. Обмін інформацією не обмежується статтею 1. Будь-яка інформація, одержана Договірною Державою, буде розглядатись як конфіденційна таким же чином як і інформація, одержана в рамках національного законодавства цієї Держави, і буде розкрита тільки особам або органам влади (включаючи суди і адміністративні органи), зайнятим оцінкою або збором, примусовим стягненням або судовим переслідуванням, або розглядом апеляцій стосовно податків, на які поширюється ця Конвенція. Такі особи або органи будуть використовувати інформацію тільки з цією метою. Вони можуть розкривати інформацію в ході публічних судових засідань і при прийнятті судових рішень.

2. В жодному випадку положення пункту 1 не будуть тлумачитись як такі, що покладають на Договірну Державу зобов'язання:

a) здійснювати адміністративні заходи, такі, що протирічать законам та адміністративній практиці в одній з Договірних Держав;

b) надавати інформацію, яку неможливо одержати за законодавством або в ході звичайного управління в одній з Договірних Держав;

c) надавати інформацію, яка буде розкривати будь-яку торговельну, підприємницьку, промислову, комерційну або професійну таємницю або торговельний процес, або інформацію, розкриття якої суперечило б установленій практиці.

СТАТТЯ 28

Члени дипломатичних представництв і консульських установ

Ніщо в цій Конвенції не буде зачіпати податкових привілеїв членів дипломатичних представництв або консульських установ за загальними нормами міжнародного права або на підставі положень спеціальних угод.

СТАТТЯ 29

Набуття чинності

Кожна із Договірних Держав повідомлять одна одну по дипломатичних каналах про завершення необхідної відповідно до внутрішнього законодавства процедури набуття чинності цієї Конвенцією. Ця Конвенція набуває чинності в день останнього такого повідомлення, і її положення будуть застосовуватись:

a) в Україні:

i) стосовно податків, утриманих у джерела щодо доходів, одержаних на або після першого січня календарного року, наступного за роком набуття Конвенцією чинності;

ii) стосовно інших податків на доход і на капітал щодо податків, які стягуються під час будь-якого податкового року, що починається на або після першого січня календарного року, наступного за роком набуття Конвенцією чинності;

b) в Португалії:

i) стосовно податків, утриманих у джерела, якщо подія, яка привела до обставин, які дали змогу до виникнення цих податків, відбувається на або після першого січня року, наступного за роком набуття чинності Конвенцією;

ii) стосовно інших податків на доход, що виник, або капітал, який став власністю, у фінансовому році, що починається на або після першого січня року, наступного за роком набуття Конвенцією чинності.

СТАТТЯ 30

Завершення чинності

Ця Конвенція буде залишатись чинною до припинення її дії однією з Договірних Держав. Кожна Договірна Держава може припинити дію Конвенції шляхом передачі через дипломатичні канали повідомлення про припинення дії принаймні за шість місяців до закінчення будь-якого календарного року, що починається після закінчення п'яти років після дня набуття чинності Конвенцією.

У такому випадку чинність Конвенції буде припинено:

a) в Україні:

i) стосовно податків, утриманих у джерела щодо доходів, одержаних на або після першого січня календарного року, наступного за роком подачі повідомлення;

ii) стосовно інших податків на доход і на капітал щодо податків, які стягуються за будь-який податковий рік, що починається на або після першого січня календарного року, наступного за роком подачі повідомлення;

b) в Португалії:

i) стосовно податків, утриманих у джерела, якщо подія, яка привела до обставин, які дали змогу до виникнення цих податків, відбувається на або після першого січня року, наступного за датою, якою завершується період, вказаний в згаданому повідомленні;

ii) стосовно інших податків на доход, що виник, або капітал, який став власністю, у фінансовому році, що починається на або після першого січня року, наступного за датою, якою завершується період, вказаний в згаданому повідомленні;

У засвідчення чого ті, що нижче підписалися, відповідним чином на те уповноважені, підписали цю Конвенцію.

Вчинено в двох примірниках, в Лісабоні, 9 лютого 2000 року українською, португальською та англійською мовами, всі тексти автентичні. У випадку виникнення розбіжностей стосовно тлумачення цієї Конвенції надаватиметься перевага тексту англійською мовою.

За Україну:

За Португальську Республіку:

Протокол

Під час підписання Конвенції між Україною та Португальською Республікою про уникнення подвійного оподаткування та попередження податкових ухилень стосовно податків на дохід і на капітал ті, що нижче підписалися домовились про те, що наступні положення будуть становити невід'ємну частину Конвенції:

1. До статті 2.

Якщо будь-яка Договірна Держава запровадить податок на капітал, розташований як в цій Державі так і за її межами, її органи влади повинні інформувати про це органи влади іншої Договірної Держави, щоб вони мали змогу проконсультуватись одна з одною з метою досягнення згоди стосовно того, чи буде поширюватися Конвенція на такий податок.

2. До статті 7 п.3.

Стосовно пункту 3, необхідно враховувати той факт, що не повинні бути дозволені вирахування щодо сум, якщо вони виплачуються (інакше ніж покриття фактичних витрат) постійним представництвом головного офісу підприємства або будь-якому іншому його офісу в вигляді роялті, гонорарів або інших подібних виплат за користування патентами або іншими правами, або у вигляді комісійних за надання особливих послуг, або за управління, або ж, за виключенням банківських підприємств в вигляді процентів за позику, що надавалась постійному підприємству. Подібним чином при визначенні прибутку постійного представництва не повинні братися до уваги суми, що стягуються (інші ніж покриття витрат) постійним представництвом з головного офісу підприємства або будь-якого іншого його офісу в вигляді роялті, гонорарів або інших подібних виплат за користування патентами або іншими правами, або у вигляді комісійних за надані особливі послуги або управління, або ж, за виключенням банківських підприємств, у вигляді процентів за позику, надану головному офісу підприємства або будь-якому іншому його офісу.

3. До статті 8.

Для цілей цієї статті зрозуміло, що прибуток підприємства, яке здійснює експлуатацію морських або повітряних суден в міжнародних перевезеннях, включає прибуток від найму в оренду час від часу порожніх морських або повітряних суден та прибуток від найму в оренду час від часу контейнерів, якщо така оренда є допоміжною або побічною стосовно експлуатації морських або повітряних суден в міжнародних перевезеннях.

4. До статті 10 пункт 4.

У випадку Португалії термін "дивіденди" також включає прибуток, що відноситься, згідно домовленості, до участі у прибутку.

5. До статей 10, 11, 12 і 13.

Щодо статей 10, 11, 12 та 13, зрозуміло, що податкові знижки або звільнення, що передбачені Конвенцією щодо дивідендів, процентів, роялті та доходів від відчужування майна не повинні застосовуватись, якщо такі види доходу отримані з Договірної Держави компанією, яка є резидентом другої Договірної Держави, капітал якої належить, прямо або побічно, акціонерам або членам, що не є резидентами цієї іншої Держави на більш ніж 50%. Однак, положення цього пункту не застосовуються, якщо така компанія здійснює в Договірній Державі, резидентом якої вона є, суттєву підприємницьку діяльність іншу, ніж просте володіння цінними паперами або іншими активами.

6. До статті 27 п.1.

Компетентні органи Договірних Держав можуть консультуватись між собою для розвитку відповідних умов для обміну інформацією.

У засвідчення чого ті, що нижче підписалися, відповідним чином на те уповноважені, підписали цю Конвенцію.

Вчинено в двох примірниках, у Лісабоні, 9 лютого 2000 року українською, португальською та англійською мовами, всі три тексти автентичні. У випадку виникнення розбіжностей стосовно тлумачення цієї Конвенції надаватиметься перевага тексту англійською мовою.

За Україну:

За Португальську Республіку:

Resolução da Assembleia da República n.º 16/2002

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Islândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital e respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 2 de Agosto de 1999.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Islândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital e respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 2 de Agosto de 1999, cujas cópias autenticadas das versões nas línguas portuguesa, islandesa e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA ISLÂNDIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E O CAPITAL.

A República Portuguesa e a República da Islândia, desejando concluir uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento e sobre o capital exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.